

Ata nº 147

Ao vigésimo terceiro dia do mês de Março do ano de dois mil e vinte e quatro, na sede da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, sita na Rua Eça Queirós, número três, primeiro andar, código postal mil e cinquenta traço zero noventa e cinco, na cidade de Lisboa. Realizou-se uma Assembleia Geral da FPPD em Sessão Ordinária. A Assembleia Geral, funcionou em primeira convocatória, à hora marcada, pelas nove horas e trinta minutos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de Trabalhos:

1. Leitura e votação da ata da última Assembleia Geral;
2. Análise, discussão e votação do Relatório e Contas da Direção, relativo à época desportiva de 2023;
3. Filiação/Revalidação de clubes em áreas geográficas limítrofes à Associação Regional de origem;
4. Outros assuntos de interesse para a modalidade.

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo Presidente da Assembleia Geral, Dr. Luis Valente, o Secretário Senhor Manuel do Carmo e por não se encontrar ainda completa, o Presidente pediu a colaboração da Senhora, Ana Cláudia Fernandes, tendo a mesma aceitado o cargo. De seguida propôs à Assembleia que fosse votada a constituição da Mesa da Assembleia com a inclusão do elemento convidado para a sua composição da mesa, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Estiveram presentes nove delegados distribuídos da seguinte forma:

Representantes dos Clubes:

- Manuel Vicente Correia Ranholas
- Pedro Manuel Santos Vilelas

Representantes dos Juizes/Treinadores:

- Ricardo Daniel Fernandes da Costa
- José Augusto Silva Oliveira

Representantes das Associações:

- António Silva Barbosa – ARNPD
- António Domingos Combadão Ramalho – ARBAPD
- Carlos José Santos Lopes - ARPDAIlg

Faltas Justificadas:

- António José Pastagem Nunes
- Rui Emanuel Silva Oliveira
- Maria Alice Godinho Sampaio Costa
- Vitor Manuel Medeiros Rosa
- João Martinho Vieira Vizinha
- Álvaro José Ribeiro Inês
- José Duarte Jesus Fernandes
- Serafim Mário Martins Sá Pereira

Estiveram ainda presentes nesta Assembleia, o Presidente da Federação, Carlos Baptista, o Vice-Presidente da Área de Água Doce, Bruno Valente, o Vice-Presidente da Área de Mar, António Pais e os vogais: Arlindo Crista e Vitor Coelho.

O Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Luis Valente deu início aos trabalhos pelas dez horas e quinze minutos, agradecendo para o efeito a presença de todos os delegados.

Antes de dar início ao ponto número um da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Geral, perguntou se havia algum delegado que quisesse tomar da palavra antes de entrar na ordem de trabalhos.

Tomou a palavra o delegado João Paulo, que informou que na convocatória recebida apenas mencionava a última ata, quando a ata nº 145, ainda não tinha sido aprovada pelos delegados.

Colocada esta questão o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, perguntou aos delegados se concordavam que no ponto um da ordem de trabalhos se incluísse também a ata nº 145.

De seguida tomou a palavra o Delegado António Combadão, que disse que não sabia se seria ser o momento certo para colocar a questão que tinha, contudo e uma vez que se iria aprovar o relatório e contas, gostaria de ver esclarecido um assunto que na Assembleia

Geral de Novembro, não tinha ficado devidamente esclarecido. A questão tem a ver com o valor das inscrições para os campeonatos nacionais, visto que tinha entendido que haveria um aumento no valor das filiações e revalidações, mas que os campeonatos se manteriam com o mesmo valor.

Uma vez que ninguém mais quis gozar da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Geral, deu início à ordem de trabalhos, começando por dar conhecimento das justificações de faltas que tinham sido rececionadas.

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia Geral, perguntou se todos os delegados tinham recebido as atas nº 145 e 146 e se havia alguma menção ou correção às atas.

O Sr. João Paulo, referiu que em relação à ata nº 146, não tinha nada a referir, no entanto em relação à ata nº 145, não concordava porque não refletia o que tinha sido dito no documento elaborado pela 1ªARPDRR, que na altura tinha sido entregue à mesa da assembleia geral e foi lido.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, informou o delegado, que na ata nº 147, ficaria uma menção à intervenção do Sr. João Paulo, citando o documento que foi entregue e que está devidamente arquivado

O delegado informou ainda a mesa, que de futuro irá trazer sempre um documento, para facilitar os trabalhos.

Esclarecida esta situação o Sr. Presidente da Assembleia Geral, colocou a votação a ata nº 145, foi aprovada por maioria, considerando a sua retificação em relação à ata nº 146, foi aprovada por unanimidade.

Entrando no ponto dois da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia Geral, deu a palavra ao Dr. Alberto Soares, Presidente do Conselho Fiscal e ROC da F.P.P.D. de forma a comentar o relatório e contas, que foi preparado pela direção. O Dr. Alberto Soares, informou que não havia nenhuma referência a fazer em relação às contas apresentadas, uma vez que estavam em conformidade, contudo realçava a situação que se vem registando, no que diz respeito ao valor patrimonial. No seu ponto de vista quer como auditor e Presidente do Conselho Fiscal, não há nada indicar, pelo que propõe a sua aprovação.

De seguida o Presidente da Direção, Carlos Baptista, tomou da palavra, saudando uma vez mais a presença de todos. Referiu ainda que lamenta o reduzido número de delegados presentes, que na sua ótica podia ter duas análises. Ou havia um grande descredito ou então tudo está bem.

Antes de entrar propriamente no relatório e contas, disse que gostaria de ler aos presentes a introdução do contrato-programa que é anualmente estabelecido entre a F.P.P.D. e as Associações Regionais. Referiu que estes contratos são obrigatórios e têm de ser publicados anualmente no nosso site e enviados ao IPDJ. Informou ainda que havia três Associações Regionais, que até ao momento ainda não tinham devolvido o documento assinado, e que na próxima semana iria dar conhecimento ao IPDJ, desta situação e averiguar quais implicações e que provavelmente poderiam ficar com a sua atividade suspensa, o que iria prejudicar os pescadores.

Posto isto fez um resumo dos últimos quatro anos de mandato, que iniciou com uma pandemia, destacou o trabalho do Dr. Fanha Vieira, que conseguiu a isenção de algumas multas, de pescadores que inadvertidamente saiam do concelho de residência, para pescarem. Informou ainda que solicitou ao IPDJ, que os vinte e cinco mil euros que estavam atribuídos às seleções nacionais, fosse adjudicado para a compra das carrinhas de Federação, sendo que uma foi comprada a pronto pagamento. Comunicou ainda que a Federação, fez de tudo para manter a sua atividade, criando na altura taças e provas de interassociações, para que os pescadores não desanimassem. O mesmo se passou com a informação que foi disponibilizada no nosso site, revivendo alguns dos pontos mais importantes da nossa modalidade. Depois desta explanação, disse que gostaria de referir uma situação que vez no relatório e contas e que tem a ver com o Campeonato do Mundo de Pesca ao Achigã – Embarcado, como todos com certeza já tiveram oportunidade de analisar o documento, este campeonato apresenta um lucro, cento e quinze mil trezentos e cinquenta e quatro euros e sessenta e um cêntimos, contudo este é o valor que está na contabilidade, mas na realidade a federação neste momento não dispõe deste valor, isto porque quando em 2020 se realizou a primeira reunião com a Câmara Municipal da Torre de Moncorvo, a autarquia comprometeu-se em patrocinar este evento em setenta mil euros, caso o Campeonato do Mundo, se realiza-se nos Lagos do Sabor. Assinado o protocolo entre ambas as partes ficou estabelecido que a 1º tranche, seria disponibilizada em 2021, no valor de dezassete mil e quinhentos euros, valor este que, neste ano serviu para suportar as despesas de vários elementos da autarquia que foram aos Estados Unidos, para assistirem ao Mundial e retirarem a informação necessária, para o Mundial que se vira a realizar na Torre de Moncorvo. Em 2022, foi disponibilizada a verba de dezassete mil e quinhentos e em 2023, o valor restante, ou seja, os trinta e cinco mil euros. Valores estes que foram aplicados nas despesas do mundial. Relembrou que na zona da Torre de Moncorvo, a oferta de alojamento é muito limitada e o que existe é caríssimo, como foi

o caso da Quinta da Terrincha, lembrou ainda que houve necessidade de aluguer de barcos, o abastecimento dos mesmos e de pagar todas as despesas referentes aos fiscais de cada embarcação. Posto isto o lucro deste campeonato, rondou cerca de vinte mil euros. Nesta altura o Presidente, solicitou ao Dr. Alberto Soares, que explicasse melhor esta situação, para que não haja dúvidas em relação a esta situação.

O Dr. Alberto Soares, explicou então que este valor, acaba por fazer parte de um proveito deferido, que passa de ano, para ano e que só ficou reconhecido em 2023, conforme a lógica do rédito. Depois do esclarecimento do Dr. Alberto Soares, o Presidente da Federação, informou que a outra carrinha, já estava liquidada na totalidade. Dadas estas informações, disse que ficaria ao dispor para quaisquer esclarecimentos sobre o documento.

Tomou a palavra o delegado José Oliveira, que questionou o presidente da direção, em relação às Associações Regionais, que ainda não tinham assinado o contrato programa com a F.P.P.D..

O Presidente da Direção, esclareceu o delegado, informando que as Associações em causa, são: APTA, ARPDABL e ARCPD.

O delegado José Oliveira, propõe que a Federação, tente um entendimento com as associações de forma a resolver a situação da melhor forma, para evitar que os pescadores e a modalidade saiam prejudicados.

De seguida tomou a palavra o delegado Carlos Lopes, que também referiu que até parece que certas associações têm mais poder que a própria federação. Informa que cabe à F.P.P.D., tomar uma atitude e se for necessário pedir ajuda ao Conselho Jurídico.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, lembrou que certos assuntos devem de ser discutidos no ponto nº 3, uma vez que não fazem parte do Relatório e Contas.

Não havendo mais dúvidas em relação ao documento, o Presidente da Assembleia Geral, Dr. Luis Valente, colocou o Relatório e Contas de 2023, a votação sendo aprovado por unanimidade.

O Presidente da Direção, tomou novamente a palavra, para informar todos os delegados, que a federação tinha sido auditada por uma entidade externa a pedido do IPDJ e que neste momento tinha o Estatuto de Utilidade Pública, renovado. Agradeceu à equipa da empresa Alberto Soares & Associados, SROC, Lda., que tem sido exemplar sempre que se desloca à F.P.P.D., para analisar os documentos.

O Sr. Presidente do Conselho Fiscal e ROC da F.P.P.D., agradeceu e retirou-se de seguida.

Antes de entrar no ponto seguinte, o Presidente da Direção, pediu a palavra, para esclarecer o delegado António Combadão, em relação ao aumento das inscrições dos campeonatos nacionais, dizendo que quando este assunto foi colocado na Assembleia de Novembro, até referiu que ao existir uma aumento nas filiações/revalidações, as Associações Regionais, também iriam receber uma verba superior, lembrou ainda que o Barbosa, também mencionou o aumento dos campeonatos nacionais e que nessa altura foi falado que assim as associações também iriam beneficiar da situação e que em momento nenhum falou que os campeonatos nacionais não iam ser aumentados, até porque houve campeonatos que aumentaram o número de provas.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, entrou no ponto nº 3 da ordem de trabalhos, que diz respeito a Filiação/Revalidação de clubes em áreas geográficas limítrofes à Associação Regional de origem.

O Sr. Presidente da Direção, Carlos Baptista, começou por lamentar que não esteja presente a pessoa que levantou o problema sobre esta matéria. Lembrou que na última Assembleia Geral, reuniu com O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Luis Valente, com o Sr. Presidente da ARCPD, Álvaro Inês e o Sr. Presidente da ARBAPD, António Combadão, na sala da direção e ficou acordado, que clubes de concelho limítrofes, podiam filiar-se noutra Associação Regional. Este acordo foi transmitido aos delegados da Assembleia Geral, e ninguém se pronunciou que não aceitava. Contudo não compreende o teor do email datado de 17 de Março de 2024, que foi dirigido ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com conhecimento das Associações Regionais. Posto isto o secretário da Mesa da Assembleia Geral, Manuel do Carmo, leu o email em questão.

De imediato tomou a palavra o Sr. João Paulo, que disse não entender o objetivo daquele ponto, o que o levou a pensar que o assunto nada tinha a ver com o que se tinha discutido na última assembleia. Alerta que é preciso ter algum cuidado e afirma que ao contrário de algumas pessoas não ficou chocado com o teor do email. Quanto à mudança de clubes entre associações é preciso ter cuidado, referindo vários exemplos. No entender a 1ª ARPDR, o território nacional devia de ser dividida em três zonas; norte, centro e sul, isto no que diz respeito aos campeonatos regionais e os nacionais, com exceção das 1ª divisões. Pensa que com este esquema iríamos aumentar o número de pescadores e tornar os campeonatos mais competitivos, isto porque não consegue compreender como é que certas associações com cem pescadores, conseguem fazer campeonatos regionais. Com isto não quer dizer que haja necessidade de extinguir associações, mas sim agrupá-las.

Tomou a palavra o Sr. António Barbosa, que informou que a posição da ARNPD, é muito simples, ou seja: respeite-se e cumpra-se o que está regulamento. Referiu que o que estava acordado anteriormente era que atletas de clubes de concelhos limítrofes, pudessem participar em campeonatos de outras associações, caso estas estivessem de acordo. Lamenta que a F.P.P.D., tivesse aceite a filiação/revalidação de clubes que não pertençam à área geográfica, e agora entende porque é que a ARBAPD tem tantos pescadores. Relembra que cada associação deve trabalhar dentro da sua jurisdição. No entanto julgava que este assunto sobre os clubes da ARBAPD, estava resolvido.

O delegado José Oliveira, corrobora da opinião do Sr. Barbosa, quanto ao problema dos clubes entre a ARBAPD e a ARCPD.

De seguida o delegado António Ranhola, tomou a palavra e disse que não conseguia compreender como é que este assunto ainda merecia discussão, quando na última Assembleia Geral, tinham chegado a um acordo, apenas não tinha ficado escrito em ata, porque formalmente não fazia parte do ponto da ordem de trabalhos, ficando esta situação para de ser ratificada nesta Assembleia Geral seguinte. Voltou a afirmar que não retirou clubes à ARCPD, que todos os clubes que estão em questão, são clubes que foram angariados pela ARBAPD.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, passou a palavra ao Sr. Combadão, que começou por referir que na ultima Assembleia Geral, até tinha pedido desculpa aos delegados por faze-los deslocarem-se propositadamente por causa deste assunto, voltou a referir que anda na pesca em prol do desenvolvimento da modalidade e relembra que é normal que clubes que se encontrem mais perto de Beja, mesmo pertencendo ao distrito de Évora, tenha maior afinidade com a ARBPD, o mesmo se passa com os clubes de mar, que apesar de serem do distrito de Setubal, são do Alentejo Litoral e acabam por estar mais perto da ARBAPD. Volta a referir que os clubes envolvidos não foram “roubados” à ARCPD, porque a ARCPD nunca fez nada para angariar novos clubes naquela região. Diz ainda que não concorda da forma como o delegado António Barbosa, menciona que a ARBPD, gaba-se de ter muitos atletas, levando por vezes a mal entendimento. Os clubes e atletas, envolvidos foi fruto de um trabalho desenvolvido pela ARBAPD na pessoa do Sr. Manuel Ranhola. Voltou a afirmar que se o acordo não continuar vigente, iremos perder cerca de noventa pescadores.

O delegado João Paulo, voltou a pedir a palavra, para esclarecer a afirmação do delegado Manuel Ranhola, quando disse que a 1ªARPDR, também tinha ficado com os clubes da Associação de Portalegre, porque esta associação tinha deixado de existir.

Tomou a palavra o Presidente da Direção, Carlos Baptista, que esclareceu que na reunião havida com as partes envolvidas, tinha havido acordo, porque os Campeonatos estavam a iniciar. Neste seguimento ficou combinado que na próxima Assembleia Geral, havia necessidade de incluir o ponto nº 3, para que esta situação vigora-se para os próximos anos, porque caso contrário para o próximo ano a situação iria repetir-se.

De seguida o secretário da mesa da Assembleia Geral, leu parte da ata onde consta que na próxima Assembleia Geral, teria de constar num dos pontos da agenda a questão da possibilidade dos clubes que se encontrem em Associações limítrofes poderem se inscrever ou revalidar por uma Associação confinante. (pag. 30).

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, voltou a esclarecer os delegados sobre o que se estava a debater, de forma a que no futuro não voltasse a suceder.

O Vice-Presidente da área de Mar da FPPD, António Pais, explanou a sua opinião sobre a situação dos clubes poderem fazer parte de outra associação. Pensa que assim “obriga” as Associações a serem mais competitivas e prestarem melhores resultados.

De seguida o Presidente da Direção, voltou a referir que caso este assunto não ficasse bem explicito, para o próximo ano a ARCPD, voltaria a reclamar novamente os clubes envolvidos.

O Delegado José Oliveira, voltou a referir que subscreve que se uma associação, não presta um bom serviço os clubes têm direito de procurar outra associação, chegando a dar o exemplo de um clube que saiu da ARNPD, para a APDVC.

O Presidente da ARBAPD, tomou a palavra e disse que havia um acordo de cavalheiros, com os antigos corpos gerentes da ARCPD, mas que não ficou escrito.

Nesta sequência o delegado João Paulo, propõe que o acordo que está estabelecido na ata anterior, fique vinculativo para 2024 e anos seguintes. Em relação a novos clubes vigorará o que está nos estatutos.

Posto isto o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, colocou à votação dos delegados, a proposta, que foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, entrou no ponto nº 4, perguntando se algum delegado queria gozar da palavra, sendo que o Sr. António Combadão informou que na prova do Campeonato Nacional de Masters e Veteranos, o pescador Henrique Ângelo pediu a alteração do local das duas últimas provas, sendo que o Campeonato do Mundo se realiza este ano na Bulgária, faria mais sentido pescarem noutra local.

O Delegado António Barbosa, discordou da proposta do pescador e relembra que se continuarmos a marcar provas sempre nos mesmo locais, vamos perder pistas de pesca

como já aconteceu dando o exemplo: Rio Nabão, Talagueira, etc... Defende que os campeonatos tem de ser rotativos. Foi ainda mencionado que os pescadores quando se inscrevem para um campeonato assinam uma declaração onde tomam conhecimento do calendário.

O Presidente da Direção, lamenta que estas sugestões sejam abordadas à beira rio. Recorda ainda que o calendário foi publicado no final do mês de dezembro e só agora vem reclamar.

O Delegado João Paulo, pede que seja transmitido ao Sr. Miguel Eusébio, que não gostou da forma como ele se dirigiu à funcionária da 1ª ARPDR, na Feira de Mora, dizendo que a ARBAPD é que trabalhava bem e que a 1ª ARPDR, nada fazia. O delegado referiu ainda o número de evento internacionais e nacionais, em que a 1ª ARPDR, já colaborou com a F.P.P.D. e que convida o Sr. Miguel Eusébio, a visitar a sede da Associação.

O Presidente da Direção, diz desconhecer a conversa havida entre a funcionária da 1ª ARPDR e o Miguel Eusébio. De seguida o Sr. Presidente, referiu que a Assembleia Geral Eleitoral, para o próximo mandato, está agendada para o dia 22 de Junho.

Por fim agradeceu a presença de todos, à mesa da Assembleia Geral como conduziu as Assembleias Gerais e às funcionárias da F.P.P.D., pela colaboração prestaram à Direção. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deu por encerrados os trabalhos pelas treze horas dez minutos.

O Presidente da Mesa da Assembleia


O Secretário


O Secretário

